

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

PRINCÍPIOS, CONCEITOS E INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE PROTEÇÃO ...	27
1. Introdução ao Direito da Criança e do Adolescente	27
2. Conceitos.....	29
2.1. Sujeitos de direito.....	29
2.2. Primeira Infância.....	30
2.3. Princípios do Direito da Criança e do Adolescente.....	30
2.4. Instrumentos normativos de proteção	32
3. Direitos da Criança e do Adolescente na Constituição Federal de 1988.....	39
4. Direitos da Criança e do Adolescente na legislação infraconstitucional	40
4.1. Direitos da Criança e do Adolescente no Estatuto	40
4.2. Outras leis atinentes ao direito da criança e do adolescente	41
5. Doutrina da Proteção Integral.....	41
5.1. Aspectos Gerais	41
5.2. Conceito de proteção integral.....	46
5.3. Evolução da proteção das crianças e adolescentes.....	46
5.4. Princípio da Autonomia Progressiva.....	49
6. Resumo	49
7. Questões Comentadas	50

CAPÍTULO 2

DIREITOS FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE.....	55
1. Aspectos Preliminares	55
2. Direito à vida e suas dimensões.....	55
3. Antecipação terapêutica de parto e aborto.....	56
4. Pesquisas com células-tronco embrionárias	57
5. Direito à saúde e sua efetividade	58

6. Proteção reflexa do infante: direitos da mulher no período de gestação, no parto e no pós-parto	60
7. Direitos do recém-nascido (exames, aleitamento materno, documentação e vacinação)	62
8. Direito de entrega para adoção (parto anônimo).....	66
9. Direitos das Crianças com mães em situação de privação de liberdade.....	66
10. Direitos da Criança e Adolescentes com Deficiência.....	67
11. Medicamentos, Próteses e Órteses.....	67
12. Internação e acompanhante	68
13. Recusa de Procedimento de Transfusão de Sangue	68
14. Direito à Liberdade.....	69
15. Apreensão de Adolescentes sem Flagrante por meio da Operação Verão, na cidade do Rio de Janeiro.....	73
16. Direito de crianças e adolescentes à opinião e participação, reunião, associação, liberdade de expressão e locomoção	74
17. Direito à Participação na Vida Política.....	75
18. Direito à Participação Processual.....	75
19. Direito à Liberdade de Locomoção e Autorizações para viagens.....	76
20. Direito ao Respeito e Direito à Dignidade	76
21. Abuso, violência e exploração sexual	77
22. Lei Menino Bernardo	78
23. Bullying.....	80
24. Veiculação e Exploração de Imagens de Crianças e Adolescentes.....	81
25. Publicidade Infantil	81
26. Proteção e direitos das crianças e adolescentes portadores de transtornos mentais (Lei nº 10.216/2001).....	82
27. Resumo	82
28. Questões.....	83

CAPÍTULO 3

DIREITO FUNDAMENTAL À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA..... 95

1. Introdução	95
2. Função Parental e Poder Familiar.....	96
3. Parentalidade biológica e socioafetiva.....	97

4. Multiparentalidade	98
5. Capacidade Civil, Emancipação e Casamento de Adolescentes	99
6. Mães adolescentes	100
7. Reconhecimento de filhos.....	100
8. Alienação Parental.....	101
9. Famílias no Estatuto: natural, substituta, extensa ou ampliada.....	102
10. A lógica da convivência familiar no Estatuto.....	104
11. Acolhimento e Apadrinhamento	104
12. Guarda.....	107
13. Tutela.....	109
14. Adoção Nacional	110
15. Principais características da adoção	112
16. Requisitos para adoção.....	114
17. Impedimentos.....	114
18. Adoção Internacional.....	114
19. Resumo	117
20. Questões.....	118

CAPÍTULO 4

DIREITOS FUNDAMENTAIS À EDUCAÇÃO E À PROFISSIONALIZAÇÃO.....	131
1. Direito à educação	131
2. Educação domiciliar no Brasil.....	133
3. Direito à cultura, ao esporte e ao lazer	134
4. Competência da Vara da Infância e da Juventude	134
5. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	135
6. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	135
7. Medidas de Proteção à Criança e ao Adolescente Contra a Violência nos Estabelecimentos Educacionais ou Similares	135
8. Certidões de Antecedentes Criminais dos Colaboradores.....	136
9. Trabalho infantil, trabalho infantil doméstico e proteção no trabalho	137
10. Idade para o trabalho	139
11. Jornada de trabalho do adolescente	141
12. Prazo prescricional para adolescentes	142

13. Possibilidade de recebimento dos salários independentemente de assistência	142
14. Contrato de aprendizagem.....	143
15. Estágio.....	145
16. Distinções entre aprendizagem e estágio	146
17. Resumo	146
18. Questões.....	148

CAPÍTULO 5

NORMAS DE PREVENÇÃO.....	155
1. Prevenção e Ameaça a Direitos.....	155
2. Políticas Públicas Voltadas a Coibir o Uso de Castigo Físico e o Tratamento Cruel ou Degradante	155
3. Crianças com Deficiência	157
4. Comunicação ao Conselho Tutelar	157
5. Regulação das Diversões e Espetáculos Públicos.....	158
5.1. Observações Preliminares	158
5.2. Portaria MJSP nº 502/2021	159
5.2.1. Aspectos gerais	159
5.2.2. Faixa indicativa e ingresso aos cinemas e espetáculos públicos	160
6. Venda ou Aluguel de Fitas de Programação em Vídeo.....	160
7. Revistas e Publicações	160
8. Estabelecimentos com Exploração Comercial de Bilhar	161
9. Proibição de venda à criança ou ao adolescente.....	161
10. Hospedagem de criança e adolescente.....	162
11. Autorização para Viajar.....	163
12. Resumo	164
13. Questões.....	165

CAPÍTULO 6

POLÍTICA E ENTIDADES DE ATENDIMENTO.....	169
1. Estrutura do Estatuto da Criança e do Adolescente.....	169
2. O Direito à Assistência Social	169
3. Tipificação dos Serviços Assistenciais	171

4.	A Política de Atendimento	172
4.1.	Articulação	172
4.2.	Linhas de Ação	172
4.3.	Diretrizes da Política de Atendimento	172
5.	Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente	176
5.1.	Diretriz da Política de Atendimento	176
5.2.	Natureza do conselho: órgão deliberativo	176
5.3.	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	176
5.4.	Implementação dos Planos de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente	178
6.	O Fundo dos Conselhos de Direitos	178
7.	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente	179
7.1.	Política de Atendimento	179
7.2.	A Resolução nº 113 (retificada pela Resolução nº 117)	179
7.3.	Eixos estratégicos de ação	180
8.	Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes no Atendimento realizado por Órgãos e Entidades do Sistema de Garantia de Direitos	181
9.	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência	182
9.1.	Lei nº 13.431/2017 e Decreto nº 9.603/2018	182
9.2.	Público-alvo	182
9.3.	Classificação da Violência	182
9.4.	Escuta especializada e o depoimento especial	183
10.	Violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente – Lei Menino Henry Borel	184
10.1.	Aspectos iniciais	184
10.2.	Afastamento do lar do agressor	186
10.3.	Medidas Protetivas de Urgência	186
10.4.	Atribuições do Conselho Tutelar	187
10.5.	Crimes	188
10.6.	Parentalidade positiva e o direito de brincar como estratégias de prevenção à violência doméstica	188
10.7.	Polícia não Pode Exigir que Ministério Público Antecipe Providências em casos envolvendo crianças e adolescentes	188

11. Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	189
11.1. Considerações Iniciais	189
11.2. O que é o Abuso e a Exploração Sexual de Criança e do Adolescente?	189
11.3. Objetivos	190
12. Atendimento à Criança e ao Adolescente com Deficiência	191
12.1. Estatuto da Pessoa com Deficiência	191
12.2. A Pessoa com Deficiência e a Constituição de Família	192
12.3. Adoção de Pessoa com Deficiência	192
12.4. Resolução Conjunta nº 1, de 24.10.2018, do CONANDA e do CONADE....	192
13. Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte	195
13.1. Finalidade	195
13.2. Solicitantes da inclusão no Programa	195
13.3. Duração da Proteção	195
13.4. Desligamento da Proteção	196
14. Entidades de Atendimento	196
14.1. Conceito e Espécies	196
14.2. Fiscalização das Entidades	197
14.3. Inscrição dos Programas	198
14.4. Registro das entidades não governamentais	200
14.5. Registro e fiscalização das entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional	200
14.6. Princípios regedores das Entidades de Acolhimento Familiar ou Institucional	201
14.7. Acolhimento Excepcional de Criança e Adolescente sem Prévia Ordem Judicial	202
14.8. Deveres das Entidades que desenvolvem programas de Internação	202
15. Resumo	203
16. Questões	205

CAPÍTULO 7

MEDIDAS DE PROTEÇÃO E MEDIDAS PERTINENTES AOS PAIS OU RESPONSÁVEL	215
--	------------

1. Conceito	215
-------------------	-----

2.	Competência para Aplicabilidade.....	216
3.	Procedimento para Aplicação das Medidas de Proteção	217
4.	Princípios Regedores das Medidas Protetivas	217
5.	Medida Protetiva de Acolhimento	217
5.1.	Observações Preliminares	217
5.2.	Medida Protetiva de Acolhimento Familiar	218
5.3.	Medida Protetiva de Acolhimento Institucional	219
5.4.	Prazo máximo de duração e reavaliação	220
6.	Proteção de Vítimas de Violência ou Abuso Sexual	220
6.1.	Afastamento do agressor da moradia comum	220
6.2.	Fixação provisória dos alimentos	223
7.	Procedimento para a Inserção em Acolhimento	223
7.1.	Observações Preliminares	223
7.2.	Ordem Judicial de Acolhimento.....	224
7.3.	Guia de Acolhimento	225
7.4.	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)	225
7.5.	Procedimento de Execução de Medida Protetiva de Acolhimento	226
7.6.	Atuação do Ministério Público na Execução da Medida Protetiva de Acolhi- mento.....	228
7.7.	Ações decorrentes do acolhimento.....	229
8.	Regularização do Registro Civil	229
9.	Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável	231
9.1.	Definição	231
9.2.	Classificação	231
9.3.	Atribuição para Aplicação.....	232
10.	Resumo	232
11.	Questões	233

CAPÍTULO 8

CONSELHO TUTELAR.....	241
1. Conselho Tutelar como Órgão Municipal.....	241
2. Os Conselheiros Tutelares como Agentes Públicos	242
3. A Escolha dos Conselheiros Tutelares.....	243

4. Afastamento do Convívio Familiar	244
5. Atribuições dos Conselhos Tutelares	244
5.1. Observações preliminares	244
5.2. Rol das Atribuições.....	245
6. Resumo	248
7. Questões.....	250

CAPÍTULO 9

ATO INFRACIONAL	255
1. Conceito de ato infracional.....	255
2. Ato Infracional Praticado por Criança	256
3. Ato Infracional Praticado por Adolescente	257
4. O filho adolescente de embaixador pode ser beneficiado pela imunidade diplomática e não estar sujeito à ação socioeducativa?	257
5. Admite-se o deferimento de extradição de adolescente brasileiro, que esteja no Brasil, e que tenha praticado ato ilícito em outro país?	258
6. Direitos Individuais	259
6.1. Privação de liberdade.....	259
6.2. Apreensão.....	259
6.3. Internação Provisória.....	259
6.4. Identificação do Adolescente	260
6.5. Seria Possível o Armazenamento de Dados de Adolescentes em Banco de Perfis Genéticos, Gerenciado por Unidade Oficial de Perícia Criminal?	261
6.6. A prática do ato infracional como elemento caracterizador de dedicação do agente a atividades criminosas	262
7. Garantias Processuais	262
7.1. Garantia Geral.....	262
7.2. Garantias Específicas	262
8. Resumo	264

CAPÍTULO 10

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	265
1. Aspectos Gerais.....	265
1.1. Medidas Socioeducativas em Espécie.....	265

1.2.	Conceito	265
1.3.	Aplicabilidade Excepcional do Estatuto aos jovens de 18 a 21 anos	267
1.4.	Juízo de Ponderação para a Aplicação das Medidas Socioeducativas	269
1.5.	Cumulação de Medidas Socioeducativas.....	270
1.6.	Ordem de Gravidade das Medidas Socioeducativas	270
1.7.	Substituição das Medidas Socioeducativas	271
1.8.	Classificação das Medidas Socioeducativas	271
1.9.	Prescrição das Medidas Socioeducativas.....	272
1.10.	Direitos Individuais do Adolescente Submetido a Medida Socioeducativa...	274
2.	Medida Socioeducativa de Advertência	275
2.1.	Definição	275
2.2.	Requisito formal.....	276
2.3.	Execução automática	276
3.	Medida Socioeducativa de Obrigação de Reparar o Dano.....	276
3.1.	Definição	276
3.2.	Não formação de título executivo para fins de ressarcimento	276
3.3.	Gestão da Medida Socioeducativa	277
4.	Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade.....	277
4.1.	Definição	277
4.2.	Tempo de Duração.....	277
4.3.	Gestão da Medida	278
4.4.	Execução da Medida Socioeducativa	278
5.	Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida.....	278
5.1.	Definição	278
5.2.	Prazo	279
5.3.	Gestão da Medida	279
5.4.	Execução da Medida Socioeducativa	280
6.	Medida Socioeducativa de Semiliberdade	280
6.1.	Definição	280
6.2.	Prazo	280
6.3.	Justificativa de imposição da semiliberdade	280

6.4.	Gestão da Medida	281
6.5.	Atividades Externas	281
6.6.	Princípio da Incompletude Institucional	282
6.7.	Execução da Medida Socioeducativa	282
7.	Medida Socioeducativa de Internação	282
7.1.	Definição	282
7.2.	Modalidades	282
7.3.	Internação sem prazo determinado	282
7.4.	Internação-sanção ou com prazo determinado	284
7.5.	Direitos às visitas e às visitas íntimas	285
7.6.	Gestão da Medida	285
7.7.	Atividades Externas	285
7.8.	Liberação compulsória	286
8.	Medidas Socioeducativas Impróprias	286
9.	Execução das Medidas Socioeducativas	286
9.1.	Obrigatoriedade da Instauração da Execução	286
9.2.	Princípios que Regem a Execução	287
9.3.	Intervenção da Defesa e do Ministério Público	287
9.4.	Princípio da Individualidade	288
9.5.	Guia de Execução de Medida Socioeducativa	288
9.6.	Plano Individual de Atendimento	290
9.7.	Reavaliação das Medidas Socioeducativas	291
9.8.	Unificação de Medidas Socioeducativas	294
9.9.	Extinção das Medidas Socioeducativas	295
10.	Resumo	296
11.	Questões	298

CAPÍTULO 11

ACESSO À JUSTIÇA	307
1. O Princípio do Acesso à Justiça	307
2. A Justiça Restaurativa	308
3. O Acesso à Justiça e as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude – <i>Regras de Beijing</i>	309

4. Garantia de Acesso à Justiça no Estatuto.....	310
5. Assistência Judiciária Gratuita.....	311
6. Representação e Assistência como forma de integração da capacidade processual...	311
7. Atos Socialmente Típicos Praticados por Crianças	313
8. Os incapazes podem responder civilmente por danos causados?.....	313
9. Vedação de divulgação de atos relativos a crianças e adolescentes acusados da prática de ato infracional.....	313
10. A Competência para as ações relacionadas à infância e à juventude.....	314
10.1. A competência da Justiça do Trabalho	314
10.2. A competência da Justiça Federal.....	315
10.3. Competência da Vara da Infância e da Juventude	315
10.3.1. Primeira Vara de Menores do Brasil	315
10.3.2. Criação das Varas da Infância e da Juventude no Âmbito Estadual	317
10.3.3. Competência Exclusiva.....	317
10.3.4. Competência Concorrente	320
10.4. Portarias e Alvarás.....	321
10.4.1. Observações prévias.....	321
10.4.2. As Portarias.....	322
10.4.3. Alvarás.....	322
10.5. Competência Territorial	323
10.5.1. Princípio do juízo imediato	323
10.5.2. A determinação da competência	324
11. Dos Serviços Auxiliares	324
12. Resumo	326
13. Questões.....	327

CAPÍTULO 12

PROCEDIMENTOS PROCESSUAIS.....	331
1. Procedimentos Processuais Típicos e Atípicos	331
2. Aplicação Subsidiária da Legislação Processual Pertinente	332
3. Aplicabilidade das Normas Fundamentais do Direito Processual Civil aos Procedimentos do Estatuto.....	333
3.1. Fundamento Constitucional das Normas Fundamentais do Direito Processual Civil	333

3.2.	As Espécies de Normas Fundamentais: princípios e regras jurídicas.....	334
3.3.	Princípio da Prioridade Absoluta e a Tramitação dos Procedimentos	335
3.4.	Princípio da publicidade dos atos processuais	336
3.5.	Princípio da Fundamentação Analítica	337
4.	Regra Específica para a Contagem de Prazos.....	339
5.	Destino das multas aplicadas nos procedimentos	339
6.	Intervenção de Terceiros	341
7.	Procedimento de Perda e da Suspensão do Poder Familiar	342
7.1.	Hipóteses de Perda e Suspensão do Poder Familiar	342
7.2.	Competência.....	344
7.3.	Legitimidade para a propositura da ação.....	345
7.4.	Requisitos da petição inicial	346
7.5.	Tutela Provisória de Urgência	346
7.6.	Estudo Social e Perícia.....	346
7.7.	Intervenção de outros órgãos	347
7.8.	Citação e prazo para resposta.....	348
7.9.	Resposta do requerido	349
7.10.	Oitiva da criança e do adolescente	350
7.11.	Sentença.....	350
8.	Procedimento de Destituição de Tutela.....	350
8.1.	A Destituição da Tutela	350
8.2.	Procedimento para Remoção de Tutor.....	350
8.3.	Tutela Provisória.....	351
8.4.	Prestação de Contas.....	351
9.	Procedimento de Colocação em Família Substituta.....	351
9.1.	Modalidades de família substituta	351
9.2.	Competência da Vara da Infância e da Juventude	353
9.3.	Petição Inicial	353
9.4.	Caso de dispensa da intervenção de advogado	354
9.5.	Concordância dos genitores.....	354
9.6.	Estudo social ou perícia.....	354

9.7. Cumulação de pedidos	354
10. Procedimento de Apuração do Ato Infracional	355
10.1. Ação Socioeducativa	355
10.2. Excepcionalidade do Procedimento e a Justiça Restaurativa.....	355
10.3. Sistema de Nulidades Processuais	358
10.4. Apreensão do adolescente	359
10.5. Providências pela autoridade policial	360
10.6. Liberação do adolescente	360
10.7. Encaminhamento ao Ministério Público	360
10.8. Oitiva informal pelo Ministério Público	361
10.9. Arquivamento	361
10.10. Remissão	362
10.11. Representação.....	364
10.12. Despacho Inicial.....	365
10.13. Internação provisória.....	366
10.14. Audiência de instrução e oitiva do adolescente	367
10.14.1. Observação prévia relevante – o momento da oitiva do adolescente	367
10.14.2. A oitiva do adolescente infrator	367
10.14.3. Audiência de instrução	369
10.14.4. Defesa Técnica por Advogado	369
10.14.5. Sentença	370
10.15. Intimação do Adolescente	371
11. Procedimento de Infiltração de Agentes de Polícia para a Investigação de Crimes contra a Dignidade Sexual de Criança e de Adolescente.....	371
11.1. Competência	371
11.2. Controle judicial	371
12. Procedimento de Apuração de Irregularidades em Entidade de Atendimento	372
12.1. Entidades de Atendimento	372
12.2. Iniciativa	372
12.3. Tutela provisória.....	372
12.4. Citação e resposta.....	372
12.5. Remoção das irregularidades	373

12.6. Sentença.....	373
13. Do Procedimento de Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteção à Criança e ao Adolescente.....	373
13.1. Infrações Administrativas	373
13.2. Competência.....	373
13.3. Iniciativa	373
13.4. Citação e Resposta.....	374
13.5. Produção de provas	374
13.6. Sentença.....	374
14. Do Procedimento de Habilitação de Pretendentes à Adoção.....	374
14.1. Inscrição de Pretendente à Adoção	374
14.2. Competência.....	375
14.3. Iniciativa	375
14.4. Habilitação.....	378
14.5. Exclusão dos cadastros de adoção	378
14.6. Prazo máximo de conclusão do procedimento.....	378
14.7. Da inscrição no “cadastro” à conclusão da adoção	378
14.8. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento.....	380
14.9. Conhecimento da origem biológica.....	381
15. Resumo	381
16. Questões.....	383

CAPÍTULO 13

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	397
1. Os Recursos no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	397
2. Adaptações previstas no art. 198.....	400
2.1. Linhas gerais.....	400
2.2. Isenção do Preparo Recursal	400
2.3. Prazos.....	401
2.4. Juízo de Retratação na Apelação e no Agravo de Instrumento	401
2.5. Preferência de julgamento e dispensa de revisor.....	402
2.6. Efeitos da Apelação.....	402
2.7. Complementação do Número de Julgadores	404

2.8. O Recurso Especial e a Relevância da Questão de Direito Federal Infraconstitucional.....	404
2.8.1. Alteração Promovida pela EC 125/2022.....	404
2.8.2. Será exigida a comprovação da relevância da questão federal em matéria de infância e juventude?	405
3. Resumo	405
4. Questões.....	406

CAPÍTULO 14

ADVOCACIA, DEFENSORIA PÚBLICA E MINISTÉRIO PÚBLICO.....	411
1. Advocacia	411
2. Defensoria Pública.....	411
3. Ministério Público	412
3.1. Rol Exemplificativo das Atribuições	412
3.2. Intervenção do Ministério Público	414
3.3. Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral da Criança e do Adolescente	414
3.4. Inspeção em Entidades de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto ..	415
4. Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos.....	416
4.1. Hipóteses de Ações Cíveis Públicas	416
4.2. Competência.....	417
4.3. Legitimidade	418
4.4. Termo de Ajustamento de Conduta	419
4.5. Reversão dos valores ao Fundo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	419
4.6. Inquérito Civil	419
5. Mandado de Segurança.....	420
6. Resumo	423
7. Questões.....	424

CAPÍTULO 15

CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	427
1. Sistema de Responsabilização.....	427
2. Dos Crimes.....	427
2.1. Sujeito Passivo dos Crimes Tipificados no Estatuto	427

2.2.	Ação Penal Pública Incondicionada	428
2.3.	Competência para o Julgamento	430
2.4.	Acordo de Não Persecução Penal	430
2.5.	Efeitos da Sentença Penal Condenatória: particularidades do Estatuto	432
2.6.	Objeto jurídico dos delitos	436
2.7.	Crimes Hediondos	436
2.8.	Vedações em Relação à Pena	437
2.9.	Tipos Penais em Espécie	437
3.	Infrações Administrativas	448
3.1.	Conceito	448
3.2.	Prescrição	449
3.3.	Sanção	449
3.4.	Infrações Administrativas em Espécie	450
4.	Resumo	458
5.	Questões	459
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	467